



JUSTIÇA FEDERAL

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PROCESSO Nº 0006594-19.2011.4.01.3900
APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728)
APELANTE: FAZENDA NACIONAL
APELADO: MARIA ANTONIA DA SILVA CORREA
RELATOR(A): JOSE AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 19 - DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO
Processo Judicial Eletrônico

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0006594-19.2011.4.01.3900

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO, Relator: – Trata-se de remessa oficial e de apelação interposto contra sentença que concedeu a segurança, “declarando nulo de pleno direito o procedimento fiscal nº 02.01.00.02010-00078-1, eis que, para além de instaurado contra a impetrante a partir do acesso a sua movimentação bancária por meio do cruzamento de dados da CPMF, a autoridade fiscal teve acesso aos extratos da conta diretamente da instituição bancária, sem que houvesse a devida autorização judicial.” (ID 31682016 – fls. 162/175)

Em suas razões recursais, a Fazenda Nacional sustenta que “Na hipótese descrita na Lei Complementar nº 105/2001 as informações bancárias são mantidas em segredo pela administração tributária. Ademais, somente são informados os valores das movimentações, sem discriminação pormenorizada, o que impede uma indevida e desnecessária invasão da intimidade e da vida privada (artigo 5º, § 2º da Lei Complementar 105/2001).”. (ID 31682017 – fls. 16/27)

Afirma que, “Aspecto muito importante e que precisa ser analisado é a distinção entre a quebra de sigilo, ocasião na qual os dados antes protegidos em virtude do direito de intimidade são tornados públicos, e a transferência de sigilo, em que os

dados continuam excluídos do acesso público. Na transferência de dados bancários à Secretaria da Receita Federal do Brasil é preservada a garantia da intimidade (art. 5º, X, da Constituição Federal), porque os dados, mesmo depois de repassados à administração tributária, permanecem protegidos.”.

Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento da apelação.

É o relatório.

Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO, Relator

VOTO - VENCEDOR



PODER JUDICIÁRIO
Processo Judicial Eletrônico
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Gab. 19 - DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0006594-19.2011.4.01.3900

VOTO

O Exmo. Sr. Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO, Relator: – Inicialmente, é possível a quebra de sigilo bancário realizada pela autoridade fazendária, quando efetivada mediante instauração de prévio procedimento administrativo fiscal, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001, verbis:

“Art. 6º As autoridades e os agentes fiscais tributários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios somente poderão examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso e tais exames sejam considerados indispensáveis pela autoridade administrativa competente”.

Ressalte-se que o Supremo Tribunal Federal, em julgamento sob o regime da repercussão geral, decidiu que “o art. 6º da Lei Complementar nº 105/01 não ofende o direito ao sigilo bancário, pois realiza a igualdade em relação aos cidadãos, pro meio de princípio da capacidade contributiva, bem como estabelece requisitos objetivos e o traslado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal”. Nesse sentido:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. DIREITO AO SIGILO BANCÁRIO. DEVER DE PAGAR IMPOSTOS. REQUISIÇÃO DE INFORMAÇÃO DA RECEITA FEDERAL ÀS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS. ART. 6º DA LEI COMPLEMENTAR 105/01. MECANISMOS FISCALIZATÓRIOS. APURAÇÃO DE CRÉDITOS RELATIVOS A TRIBUTOS DISTINTOS DA CPMF. PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE DA NORMA TRIBUTÁRIA. LEI 10.174/01.

1. O litígio constitucional posto se traduz em um confronto entre o direito ao sigilo bancário e o dever de pagar tributos, ambos referidos a um mesmo cidadão e de caráter constituinte no que se refere à comunidade política, à luz da finalidade precípua da tributação de realizar a igualdade em seu duplo compromisso, a autonomia individual e o autogoverno coletivo.

2. Do ponto de vista da autonomia individual, o sigilo bancário é uma das expressões do direito de personalidade que se traduz em ter suas atividades e informações bancárias livres de ingerências ou ofensas, qualificadas como arbitrárias ou ilegais, de quem quer que seja, inclusive do Estado ou da própria instituição financeira.

3. Entende-se que a igualdade é satisfeita no plano do autogoverno coletivo por meio do pagamento de tributos, na medida da capacidade contributiva do contribuinte, por sua vez vinculado a um Estado soberano comprometido com a satisfação das necessidades coletivas de seu Povo.

4. Verifica-se que o Poder Legislativo não desbordou dos parâmetros constitucionais, ao exercer sua relativa liberdade de conformação da ordem jurídica, na medida em que estabeleceu requisitos objetivos para a requisição de informação pela Administração Tributária às instituições financeiras, assim como manteve o sigilo dos dados a respeito das transações financeiras do contribuinte, observando-se um translado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal.

5. A alteração na ordem jurídica promovida pela Lei 10.174/01 não atrai a aplicação do princípio da irretroatividade das leis tributárias, uma vez que aquela se encerra na atribuição de competência administrativa à Secretaria da Receita Federal, o que evidencia o caráter instrumental da norma em questão. Aplica-se, portanto, o artigo 144, §1º, do Código Tributário Nacional.

6. Fixação de tese em relação ao item “a” do Tema 225 da sistemática da repercussão geral: **“O art. 6º da Lei Complementar 105/01 não ofende o direito ao sigilo bancário, pois realiza a igualdade em relação aos cidadãos, por meio do princípio da capacidade contributiva, bem como estabelece requisitos objetivos e o translado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal”.**

7. Fixação de tese em relação ao item “b” do Tema 225 da sistemática da repercussão geral: **“A Lei 10.174/01 não atrai a aplicação do princípio da irretroatividade das leis tributárias, tendo em vista o caráter instrumental da norma, nos termos do artigo 144, §1º, do CTN”.**

8. Recurso extraordinário a que se nega provimento.

RE 601314 / SP - RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. EDSON FACHIN. Julgamento: 24/02/2016. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. ACÓRDÃO ELETRÔNICO. REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO. DJe-198 DIVULG 15-09-2016 PUBLIC 16-09-2016.

Na hipótese dos autos, verifico que a requisição das informações bancárias da impetrante foi precedida de procedimento fiscal, nos exatos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001.

Com efeito, conquanto tenha sido oportunizada a apresentação de documentos pela impetrante, que permitissem a demonstração da origem dos valores dos depósitos bancários, justificando, assim, a origem dos recursos que ingressaram em sua conta corrente no período declinado no auto de infração, não foram acostados aos autos elementos suficientes a afastar a atuação do Fisco.

Desse modo, não se afigura irregularidade no auto de infração lavrado em decorrência de omissão de rendimentos provenientes de valores creditados em conta bancária da Apelada, cuja origem dos recursos não fora comprovada mediante documentação hábil ou idônea.

Nessa linha, esta Corte já consolidou entendimento no sentido da validade da adoção dos montantes relativos aos depósitos bancários como aferição da renda omitida pelo contribuinte, e, ainda, levando em conta a comprovada omissão de receita: (AC 0002602-76.1999.4.01.3801 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES, SÉTIMA TURMA, e-DJF1 p.133 de 12/02/2010) (AC 0035574-02.2003.4.01.3400 / DF, Rel. JUIZ FEDERAL SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, 7ª TURMA SUPLEMENTAR, e-DJF1 p.1110 de 27/07/2012).

A propósito, confirmam-se, ainda:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO. ART. 6º DA LC 105/2001. INEXISTÊNCIA. STF, RE 601.314/SP. REPERCUSSÃO GERAL. REEXAME DO MÉRITO DA CONTROVÉRSIA. ART. 1.030, II, DO CPC, NA REDAÇÃO DA LEI 13.256/2016. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. PROCEDIMENTO FISCAL CONFORME O DECRETO 3.724/2001. VIOLAÇÃO À AMPLA DEFESA NA ESFERA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

1. Reexame do mérito da controvérsia e modificação do julgado anterior, nos termos do art. 1.030, II, do CPC, na redação da Lei 13.256/2016, para adequá-lo à orientação vinculativa do Supremo Tribunal Federal.

2. O STF, sob a sistemática de repercussão geral, no julgamento do RE 601.314/SP, fixou a tese no sentido de que o art. 6º da Lei Complementar 105/2001 não ofende o direito ao sigilo bancário, pois realiza a igualdade em relação aos cidadãos, por meio do princípio da capacidade contributiva,

bem como estabelece requisitos objetivos e o traslado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal; e de que a Lei 10.174/2001 não atrai a aplicação do princípio da irretroatividade das leis tributárias, tendo em vista o caráter instrumental da norma, nos termos do artigo 144, § 1º, do CTN:

3. O procedimento fiscal na espécie foi deflagrado pelo Delegado da Receita Federal do Brasil responsável, conforme Mandado de Procedimento Fiscal juntado aos autos, com prazo de validade regularmente prorrogado, tendo sido garantido, ainda, ao apelante o amplo direito de defesa na esfera administrativa, conforme as prescrições do Decreto 3.724/2001.

4. Apelação não provida.

(AMS 0004775-54.2009.4.01.3500, DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA, TRF1 - OITAVA TURMA, e-DJF1 20/09/2019 PAG.)

Não há, pois, ilegalidade na conclusão alcançada pela Secretaria da Receita Federal ao formalizar contra a impetrante exigência de crédito tributário de Imposto de Renda Pessoa Física sobre o montante depositado em conta corrente no período averiguado.

Ante o exposto, dou provimento à apelação e à remessa oficial para, em consequência, denegar a segurança.

É como voto.

Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO, Relator.

DEMAIS VOTOS

APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (1728) n. 0006594-19.2011.4.01.3900

RELATOR :DESEMBARGADOR FEDERAL JOSÉ AMILCAR MACHADO

APELANTE:FAZENDA NACIONAL

APELADO :MARIA ANTONIA DA SILVA CORREA

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. OMISSÃO DE RECEITA. QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO PELA AUTORIDADE FAZENDÁRIA. PRÉVIA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO FISCAL. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DOS VALORES DEPOSITADOS EM CONTA CORRENTE. SENTENÇA REFORMADA.

1. É possível a quebra de sigilo bancário realizada pela autoridade fazendária, quando realizada mediante instauração de prévio procedimento administrativo fiscal, nos termos do art. 6º da Lei Complementar nº 105/2001.
2. O Supremo Tribunal Federal, sob o regime da repercussão geral, decidiu que “o art. 6º da Lei Complementar nº 105/01 não ofende o direito ao sigilo bancário, pois realiza a igualdade em relação aos cidadãos, pro meio de princípio da capacidade contributiva, bem como estabelece requisitos objetivos e o traslado do dever de sigilo da esfera bancária para a fiscal”. Nesse sentido: RE 601314 / SP – SÃO PAULO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. EDSON FACHIN. Julgamento: 24/02/2016. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação. ACÓRDÃO ELETRÔNICO. REPERCUSSÃO GERAL – MÉRITO. DJe-198 DIVULG 15-09-2016 PUBLIC 16-09-2016.
3. Com efeito, conquanto tenha sido oportunizada a apresentação de documentos pela impetrante, que permitissem a demonstração da origem dos valores dos depósitos bancários, justificando, assim, a origem dos recursos que ingressaram em sua conta corrente no período declinado no auto de infração, não foram acostados aos autos elementos suficientes a afastar a atuação do Fisco.
4. Desse modo, não se afigura irregularidade no auto de infração lavrado em decorrência de omissão de rendimentos provenientes de valores creditados em conta bancária da Apelada, cuja origem dos recursos não fora comprovada mediante documentação hábil ou idônea.
5. Nessa linha esta Corte já consolidou entendimento no sentido da validade da adoção dos montantes relativos aos depósitos bancários como aferição da renda omitida pelo contribuinte, e, ainda, levando em conta a comprovada omissão de receita: (AC 0002602-76.1999.4.01.3801 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL CATÃO ALVES, SÉTIMA TURMA, e-DJF1 p.133 de 12/02/2010) (AC 0035574-02.2003.4.01.3400 / DF, Rel. JUIZ FEDERAL SAULO JOSÉ CASALI BAHIA, 7ª TURMA SUPLEMENTAR, e-DJF1 p.1110 de 27/07/2012).
6. Apelação e remessa oficial providas.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, dar provimento à remessa oficial e à apelação.

7ª Turma do TRF da 1ª Região – Brasília-DF, 1º de setembro de 2020.

Desembargador Federal JOSÉ AMILCAR MACHADO, Relator.

Assinado eletronicamente por: JOSE AMILCAR DE QUEIROZ MACHADO

04/09/2020 16:57:18

<http://pje2g.trf1.jus.br:80/consultapublica/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: 73442016



200904165718508000000

IMPRIMIR

GERAR PDF